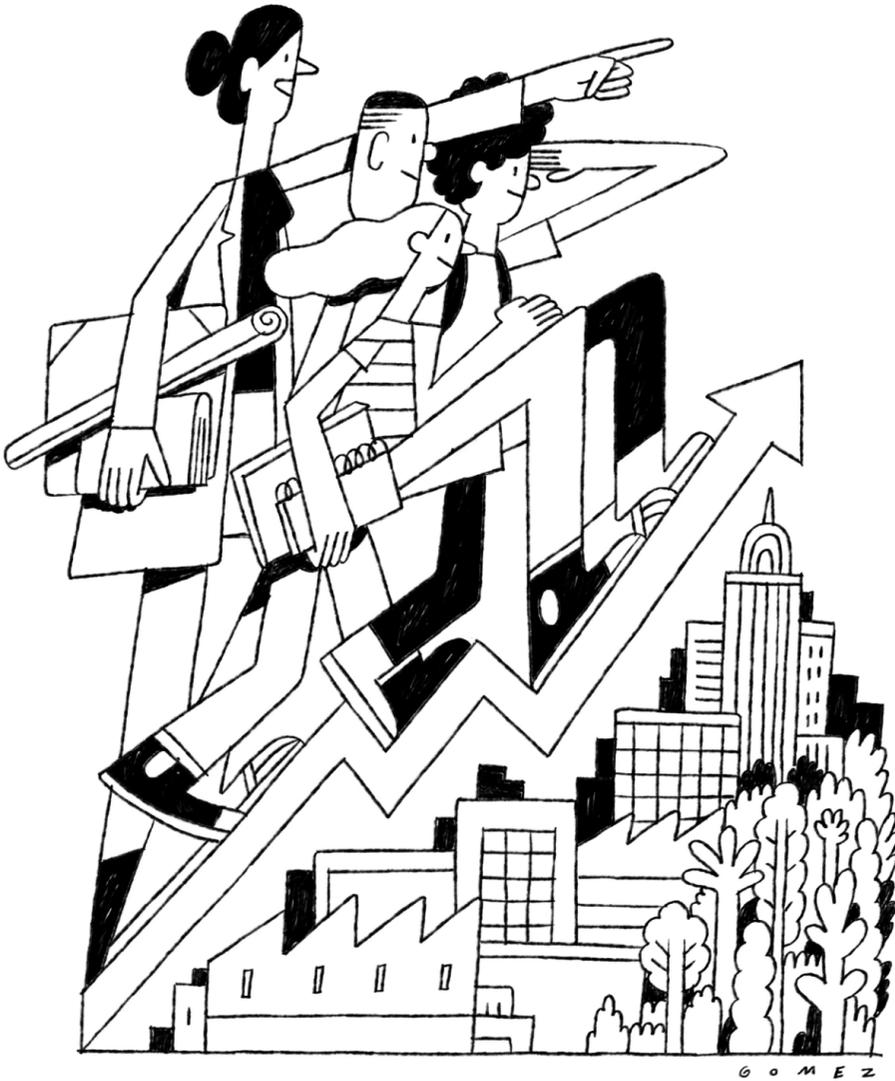


O G20 da educação

» MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO
Titular da Cátedra do Instituto Ayrton Senna de Avaliação Educacional

» BEATRIZ ALQUÉRES
Gerente-executiva de Advocacy do Instituto Ayrton Senna



Se para o grande historiador grego Heródoto "a educação não é encher um balde, é acender um fogo", os professores são aqueles que acendem essa chama que nunca se apaga. Eles desempenham um papel essencial na formação de indivíduos críticos e criativos, e seu impacto vai muito além das paredes da sala de aula. Valorizar esses profissionais é uma tarefa urgente e necessária, que deve ser endereçada por meio de ações concretas e políticas públicas que respondam aos desafios atuais.

Investir na formação e valorização dos professores significa implementar estratégias eficazes para atrair mais jovens para essa importante profissão, oferecendo condições de trabalho dignas e oportunidades contínuas de desenvolvimento pessoal e de carreira.

Hoje, no Brasil, cerca de 77% dos professores acreditam que sua profissão não é valorizada e 74% afirmam que não são respeitados pela sociedade em geral, segundo dados de 2021 do Instituto Península. No entanto, esses mesmos professores indicam que, para se sentirem mais valorizados, é necessário melhorar a carreira (99%) e as condições de trabalho (99%). Ou seja, a valorização que os professores buscam não depende apenas da sociedade em geral, mas está nas mãos das lideranças educacionais que ocupam cargos públicos no nosso Executivo e Legislativo.

A pauta dos professores é sempre motivo de cautela por ministros e secretários de Educação. As necessárias negociações com os sindicatos podem ser desafiadoras, frequentemente atravessadas por questões políticas partidárias, e muitos preferem evitar confrontos. Enquanto isso, crianças e jovens de várias gerações perdem a oportunidade de vivenciar uma melhoria significativa na educação.

Em pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os resultados apontaram que os professores são responsáveis por quase 60% do desempenho dos alunos no ensino fundamental. Isso significa que a influência desses profissionais supera outras variáveis, como o tamanho das turmas, o nível de escolaridade dos pais ou a infraestrutura das escolas. Investir nos professores é praticamente garantia de retorno na melhoria da educação pública do país.

Na semana passada, ocorreu o encontro das equipes técnicas de educação dos países-membros do G20 em Brasília e, durante três dias, fomos sede de um debate altamente qualificado sobre valorização docente. Liderado pelo Ministério da Educação (MEC), estavam presentes 43 delegações, membros de organismos internacionais e, em evento especial, a sociedade civil e membros do nosso Legislativo.

Em grande articulação, a Frente Parlamentar Mista pela Educação, com o apoio técnico de organizações do terceiro setor, promoveu um jantar de encerramento em que foi possível realizar uma

troca de experiências com outros países e sensibilizar deputados, senadores e secretários de todas as regiões para essa pauta mais que urgente. Alguns dias depois, o MEC homologou o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial para o Magistério, um passo importante para o nosso país.

No Brasil, identificamos várias oportunidades para avançar nessa temática. A implementação do novo Enade das licenciaturas, que avalia a formação de professores, e a promoção do desenvolvimento integral dos docentes, considerando habilidades técnicas, socioemocionais e digitais, são exemplos. Novos modelos de estágio probatório estão sendo testados, permitindo que as redes públicas formem e acompanhem novos professores, garantindo profissionais

de alta qualidade. Além disso, programas como a Residência Pedagógica e o PIBID, ambos do MEC, demonstram impacto positivo na formação inicial docente e podem ser ampliados.

Ainda há muito a ser criado, mas garantir a implementação qualificada das políticas já desenhadas seria um grande passo rumo a melhores indicadores educacionais. Para isso, são essenciais vontade política, priorização na pauta educacional e trabalho colaborativo entre governo e sociedade civil.

O encontro das equipes técnicas de educação do G20 em Brasília foi uma grande oportunidade para destacar a formação e valorização docente. Eventos como esse devem servir como catalisadores para que o tema continue recebendo a atenção necessária ao longo do ano, fortalecendo o compromisso das lideranças com a melhoria da educação pública no país.

Avanço na agenda de saúde e aqueles que ficaram para trás

» RENATA RODOVALHO
Gerente de Causas do Instituto Avon

A conquista de um sistema de saúde universal e gratuito é algo a ser celebrado todos os dias. O Sistema Único de Saúde (SUS) — que foi instituído pela Constituição de 1988 —, mesmo apresentando problemas de gestão, subfinanciamento, má distribuição de profissionais especializados e desigualdades no acesso e ofertas de tratamentos, é um caso de sucesso na área e uma referência para gestores de saúde no mundo todo. O SUS funciona.

No entanto, para algumas pessoas, ele funciona melhor. Isso é negável. O recente estudo divulgado pelo Instituto Avon e pelo Observatório de Oncologia intitulado *Panorama do Câncer de Mama no SUS*, edição 2024, mostra, mais uma vez, as barreiras que as mulheres pretas e periféricas ainda enfrentam no acesso ao diagnóstico e ao tratamento do câncer de mama (o mais prevalente para a população feminina) no SUS.

Para destacar alguns achados da pesquisa que corroboram com esse cenário, entre 2015 e 2022, 52,4% das mamografias realizadas no SUS com o objetivo de detectar a doença — as chamadas mamografias de rastreamento — foram realizadas em mulheres brancas, enquanto 28,5% foram realizadas em mulheres pardas e apenas 5,8% em mulheres pretas.

O que explica essa desigualdade? Os determinantes sociais de saúde, ou DSS, englobam um conceito de saúde pública que ajuda a explicar esse fenômeno: são fatores sociais, culturais, econômicos, étnicos e comportamentais que determinam os riscos de saúde de uma população e seu acesso aos serviços disponíveis.

O câncer de mama é uma doença multifatorial, somam-se ao risco de a mulher desenvolver câncer fatores individuais, como características genéticas e histórico familiar, mas também fatores

externos, como hábitos de vida, consumo de álcool, histórico reprodutivo, exposição ao estresse, entre outros. Mulheres pretas e pardas, moradoras de bairros periféricos, estão mais expostas a esses elementos que aumentam os riscos de desenvolvimento da doença, ao mesmo tempo em que a vulnerabilidade econômica e social as impede de buscar ajuda em tempo oportuno.

Além disso, as mulheres são reconhecidas mais sobrecarregadas, em comparação aos homens, pois acumulam as funções domésticas, de cuidado com as crianças e idosos da família, além do trabalho fora de casa. Sem contar as longas jornadas de deslocamento nos grandes centros urbanos que também contribuem para que os cuidados com a própria saúde fiquem em segundo plano. Adicione a falta de tempo e a desinformação sobre os sinais da doença, e temos a combinação perfeita para que elas só busquem pelo sistema de saúde quando os sintomas não podem mais ser ignorados.

Lamentavelmente, nesses casos, o diagnóstico costuma ser tardio e em estágios avançados — ou seja, nos níveis mais graves da doença. Mais uma vez, os dados confirmam essa hipótese: enquanto as mulheres brancas tiveram diagnóstico tardio do câncer de mama em 35,5% dos casos, para as mulheres pretas e pardas, a detecção nos estágios mais avançados (3 e 4) aconteceu em 46,5% e 44,2% dos casos, respectivamente.

Além disso, apesar de o Brasil ter uma legislação avançada, que garante os direitos dos pacientes com câncer de acesso a diagnóstico e tratamento no SUS, na prática, se verifica que a lei não é cumprida na maioria das vezes. Segundo o *Panorama*, 62% das pacientes tratadas no SUS demoraram mais de 60 dias para iniciarem seus tratamentos — período máximo previsto

em lei —, sendo que 65,5% das mulheres pretas não tiveram esse direito garantido, contra 60,8% das brancas.

Baixa escolaridade, empregabilidade precária, vulnerabilidade econômica, falta de infraestrutura urbana, segurança pública e violência doméstica também são barreiras que minam as chances de mulheres pretas e pobres priorizarem a própria saúde, gerirem seus fatores de risco e alcancarem as políticas públicas de prevenção e cuidados.

Será que estamos atentos a essas barreiras e preocupados em solucioná-las? Ou transferimos às mulheres a responsabilidade de superar os obstáculos que as separam de um sistema que se diz integral, universal e gratuito? O que pode ser feito para aumentar as chances de salvarmos as vidas dessas mulheres?

O primeiro passo é nos lembrarmos que essas mulheres têm direitos e suas vidas merecem ser salvas. Criar condições para que elas tenham tempo, transporte e cheguem aos centros de saúde em segurança. Ao chegarem ao serviço público, este tem que estar preparado e configurado para recebê-las, acolhê-las, de fato, se adequar a sua necessidade de comunicação e compreensão das queixas, independentemente da sua idade, cor, condição financeira.

É necessário também entender que as mulheres não são todas iguais, nem partem das mesmas condições para lidar com uma doença que, se diagnosticada tardiamente, pode representar uma piora significativa na qualidade de vida e até na sobrevivência da paciente. A política pública deve, portanto, ser universal, e não genérica. A política pública deve olhar o indivíduo na sua especificidade, levando em conta suas vulnerabilidades e limitações. O SUS funciona, mas tem falhado com quem mais precisa.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A mãe de todos os crimes

Somente pelo fato de ser a capital de uma das 10 maiores economias do mundo, Brasília bem que poderia ser considerada uma cidade segura e praticamente livre de crimes de toda a natureza. Mas a realidade insiste em mostrar sua cara feia, trazendo consigo uma multiplicidade de fatos violentos que contradiz as expectativas e o que declaram as autoridades mais otimistas.

Para início de conversa, Brasília contabiliza quase 1,5 mil mortes violentas a cada ano. Desse número, aproximadamente 500 são classificadas como homicídios. Com isso, a capital ostenta 16 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, o que é uma taxa alta e preocupante. Infelizmente, dados numéricos foram feitos para os arquivos da burocracia e para serem esquecidos em seguida. É nesse verdadeiro moedor de carne humana que pessoas com nome e sobrenome viram estatísticas e vão engrossar os dossiês sobre violência deixados esquecidos no chamado arquivo morto.

Reportagem feita pela jornalista Helena Dornelas com base em dados da plataforma Numbeo.com, veiculada por este jornal em 27/05 com o título *Brasília é a 69ª cidade mais perigosa do mundo*, mostrou que, caso nada seja feito de imediato e com firmeza, a capital de todos os brasileiros vai seguindo por uma trilha que pode inviabilizá-la como centro administrativo do país.

A questão é simples: para uma cidade que não consegue dar conta da segurança de seus moradores, incluindo as diversas autoridades que aqui vivem, fica difícil também garantir segurança para as instituições nacionais e internacionais aqui sediadas. O crime não conhece barreiras ou status. Essa situação ganha ainda um caráter mais delicado quando se verifica que, a poucos quilômetros do centro da capital, existe um presídio federal de segurança máxima, construído contra todos os pareceres das autoridades locais, que temem por essa proximidade.

Também já foi mencionado aqui neste espaço, em diversas oportunidades, que o crescimento exponencial dos índices de violência em Brasília nesses últimos anos tem como origem o desordenado inchaço populacional da cidade, trazido no bojo da chamada maioridade política da capital e que passou a contar com aldrabices de políticos e empresários locais que, literalmente, lotearam a cidade em troca de votos. Essa é, de fato, uma história que não pode ser esquecida, sob pena de virmos a repetir esse descalabro que agora mostra suas consequências danosas para todos igualmente. No quesito violência, obviamente que a questão da corrupção não poderia ficar de fora.

É justamente isso que mostra a reportagem citada, ao apontar que a maior preocupação hoje, tanto dos brasilienses quanto dos turistas, é com a corrupção. Nesse item, respeitadas as exceções, a corrupção, que muito bem poderia ser definida como a mãe de todos os crimes, pode ser, na sua quase integralidade, atribuída ao comportamento criminoso de muitas autoridades, sobretudo de uma parcela de políticos que insistem em fazer da vida pública um meio para o enriquecimento pessoal.

Uma coisa é certa: de todas as fórmulas complexas para resolver o problema da violência, suas origens e consequências, nenhuma outra resulta ser mais eficaz do que pôr fim à corrupção que há séculos grassa livremente em nosso país. O interessante aqui é saber o que é mais difícil de ser combatido: a violência ou a corrupção.

» A frase que foi pronunciada

“O dever da juventude é desafiar a corrupção.”

Kurt Cobain

Saldo positivo

» No Brasil, o quadro mudou. No resto do mundo, 37 milhões de crianças, de 13 a 15 anos, consomem tabaco. O mais impressionante nos índices é que, em muitos países, a taxa de uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes excede à de adultos. Vale registrar a coragem do ex-senador José Serra, que enfrentou todos os lobbies.

História de Brasília

O grande derrotado de hoje é o sr. Carlos Lacerda. Quando chegou dos Estados Unidos, procurou empanar a visita do Presidente João Goulart, com a intervenção na TCB. A visita foi das mais proveitosas do mundo, e o governador da Guanabara passou, moralmente, à companhia do seu outrora aliado Jânio Quadros. (Publicada em 8/4/1962)